RESOLUÇÃO Nº- CONSEPE, de de de 2017.

**Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos
Materiais em nível de Mestrado e Doutorado.**

A Reitora da Universidade Federal do Maranhão, na qualidade de PRESIDENTE
DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas
atribuições estatutárias e regimentais;
Considerando a Resolução CNE/CES Nº 1/2001 e Resolução nº 205/2001- CONSEPE;
Considerando ainda, o que consta do Processo nº/2017;

RESOLVE *ad referendum* deste Conselho:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno Programa de Pós-Graduação em Ciência dos
Materiais conforme Anexos I, II e III, partes integrantes e indissociáveis desta
Resolução.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as
demais disposições em contrário.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

São Luis, de de 2017.

Profa. Dra. Nair Portela Silva Coutinho
Presidente

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº -CONSEPE/.....

REGIMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DOS
MATERIAIS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

- Art. 1º.** O Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais é orientado pelo presente Regimento, pelo Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, e pelo Regimento Geral da Universidade Federal do Maranhão, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e por deliberações do Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia.
- Parágrafo Único** O Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais, tem como área de concentração Materiais.
- Art. 2º** O Programa destina-se à formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento de atividades docentes e de pesquisa, estando estruturado na modalidade *stricto sensu*, de natureza acadêmica, em nível de Mestrado e Doutorado, sem que o primeiro seja, necessariamente, requisito obrigatório do segundo.
- § 1º** O Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais propõe-se a aprimorar a formação acadêmica e Profissional de Graduados, propiciando desenvolvimento do conhecimento em áreas relacionadas à área de concentração do Programa.

§ 2º

Exigir-se-á do candidato aos títulos de mestre e doutor, além das atividades acadêmicas, a demonstração da capacidade de sistematização de conhecimentos e de desenvolvimento de pesquisa original, consubstanciados na apresentação e defesa pública de dissertação (no caso de mestrado) ou tese (no caso de doutorado).

Art. 3º

São objetivos do Programa:

a) Objetivo Geral: Capacitar pós-graduados (mestres e doutores) em Ciência dos Materiais fomentando a produção de conhecimentos, mediante estímulo à pesquisa e ao ensino científico em geral.

b) Objetivos Específicos:

-Ampliar quadros de profissionais, docentes e pesquisadores comprometidos com as questões das Ciências básicas e aplicadas relacionadas aos aspectos regionais e nacionais, incrementando a produção e a circulação de conhecimento científico.

-Desenvolver intercâmbio técnico-científico com outras Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa na região, tendo em vista o desenvolvimento do ensino e pesquisa na universidade, especificamente no que concerne à Pós-Graduação.

-Criar mecanismos de articulação entre as atividades de Pós-Graduação e pesquisa científica, visando o desenvolvimento das Ciências básicas e aplicadas, bem como as questões tecnológicas atreladas à interface entre ciência, tecnologia e setor produtivo.

CAPÍTULO II

DA ADMISSÃO AO PROGRAMA

SEÇÃO I

DO ANO ACADÊMICO

Art. 4º

O Ano Acadêmico terá dois períodos letivos regulares.

SEÇÃO II DA INSCRIÇÃO

Art. 5º As inscrições para seleção dos alunos regulares do Programa serão abertas mediante Edital elaborado pela Coordenação do Programa, aprovado pelo Colegiado e *referendado* pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Parágrafo Único Constitui requisito básico para inscrição no mestrado que o candidato seja graduado em Curso de Nível Superior em Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Engenharias, Ciências Naturais, Física ou Química. Para inscrição no doutorado é requerido o grau de mestre em Ciência dos Materiais ou áreas afins.

Art. 6º No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I – diploma ou certificado de conclusão do curso de graduação (fotocópia); se o candidato não tiver concluído este, deverá apresentar uma declaração de que concluirá o Curso até o início do ano acadêmico do Programa de Pós-Graduação; caso o Curso não seja concluído, sua matrícula não será efetivada.

II – histórico escolar do curso de graduação (fotocópia);

III – *curriculum vitae*;

IV – 1 carta de recomendação, fornecida por professor que tenham tido contato acadêmico com o candidato, seja como professor de disciplina, orientador ou tutor;

V – requerimento de inscrição, em formulário próprio, devidamente preenchido;

VI – carteira de identidade e CPF (fotocópias);

VII – duas fotos tamanho três por quatro;

VIII – comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

Art. 7º Poderão se inscrever como candidatos a alunos especiais os portadores de diplomas de Curso Superior, e os alunos de Cursos de

Graduação reconhecidos, desde que:

- I – estejam cursando um dos dois últimos períodos de Cursos de Graduação com afinidade com a área de concentração do Programa;
- II – apresentem o Coeficiente de Rendimento acumulado maior ou igual a 7,0 (sete);
- III – apresentem Cartas de Recomendação de três de seus professores, orientadores ou tutores.

§ 1º O candidato na condição de aluno especial poderá cursar no máximo 3 (três) disciplinas do Programa de Pós-Graduação.

§ 2º Na matrícula do aluno especial deverá constar pelo menos uma disciplina perfazendo um mínimo de 4 (quatro) créditos, não podendo fazer cancelamento de disciplinas inscritas.

SEÇÃO III

DA SELEÇÃO E DAS VAGAS

Art. 8º A seleção dos candidatos será realizada por uma comissão, aprovada pelo Colegiado, composta por membros do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais.

Parágrafo Único Segundo o critério da qualidade acadêmica e do número de vagas disponíveis, os candidatos serão selecionados com base em:

- I – análise do *curriculum vitae*;
- II – análise do histórico acadêmico;
- III – cartas de recomendação;
- IV – avaliação escrita;

Art. 9º O número de vagas para ingresso no Programa de Pós-graduação em Ciência dos Materiais será fixado pelo colegiado do Programa no edital de seleção dos alunos

SEÇÃO IV DA MATRÍCULA

- Art. 10** A primeira matrícula é o ato que incorpora o candidato ao Corpo Discente do Programa e será efetuada dentro do prazo estabelecido por Edital, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- I – comprovante de aprovação na seleção fornecido pela Coordenação;
- Formulário de matrícula (formulário próprio) devidamente preenchido.
 - Declaração negativa de vínculo empregatício (para alunos bolsistas).
 - Declaração que não estará matriculado em outro curso de Pós Graduação *Stricto sensu*.
 - Cópia autenticada do Diploma da Graduação ou Certificado de Conclusão de Curso para os casos em que no ato da inscrição foi apresentado somente declaração.

Parágrafo Único A matrícula será renovada semestralmente na Coordenação do Programa, em datas fixadas previamente.

Art. 11 A inscrição nas atividades do Programa de Pós-graduação em Ciência dos Materiais será efetivada em cada período letivo, mediante orientação acadêmica, de acordo com o Calendário Acadêmico organizado pela Coordenação e aprovado pelo Colegiado.

§ 1º O direito à inscrição em determinada atividade ou disciplina depende da inclusão desta na lista de ofertas do período considerado, do ajustamento do aluno às condições que forem estabelecidas e das vagas existentes.

§ 2º Têm prioridade para o preenchimento de vagas disponíveis nas diversas disciplinas oferecidas os alunos regulares do Programa de

Pós-Graduação em Ciência dos Materiais. Após estes, os alunos regulares ingressantes e, por último, os alunos Especiais.

§ 3 Em caso de empate em cada um dos três grupos citados no parágrafo anterior, tem prioridade o aluno com maior coeficiente de rendimento escolar, e persistindo o empate, tem prioridade o aluno com matrícula mais antiga.

Art. 12 Depois de concluídas as disciplinas e demais atividades curriculares integrantes de seu plano de estudo, o aluno deverá se inscrever, semestralmente, em elaboração de dissertação (no caso de mestrado) ou tese (no caso de doutorado) até sua conclusão e defesa.

Art. 13 Todo processo de cancelamento, trancamento, acréscimo ou substituição de matrícula em uma ou mais atividades será efetuada pela Coordenação do Programa.

CAPÍTULO III DA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE E GRAU DE DOUTOR

SEÇÃO I REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE E GRAU DE DOUTOR

Art. 14 O aluno deverá apresentar projeto de pesquisa de comum acordo com um orientador até o final do primeiro período letivo.

Parágrafo Único Será permitido ao aluno a mudança de subárea, desde que tal mudança seja analisada e aprovada pelo Colegiado.

Art. 15 Será concedido o grau de Mestre em Ciência dos Materiais ao aluno que, no prazo mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses, satisfizer as seguintes exigências:

I – obtiver um mínimo de 32 (trinta e dois) créditos, distribuídos da seguinte forma:

a) 14 (quatorze) créditos em disciplinas Básicas Obrigatórias; 1) Ciências dos Materiais – 6 créditos, 2) Química de Materiais – 4 créditos, 3) Técnicas de Preparação e Caracterização de Materiais – 4 créditos.

b) 4 (quatro) créditos no conjunto de disciplinas Básicas Eletivas;

c) 4 (quatro) créditos complementares que poderão ser obtidos no conjunto de disciplinas Eletivas (Básicas e Tópicos Especiais) e/ou em Estágio de Docência;

d) 10 (dez) créditos em Dissertação;

II – for aprovado em exame de proficiência de língua estrangeira (obrigatoriamente inglês) e, no caso de estrangeiro, também o português;

III – estabelecer, de comum acordo com o Orientador, uma proposta de Dissertação de Mestrado;

IV – for aprovado no Exame de Qualificação;

V – for aprovado na defesa de Dissertação de Mestrado;

VI – entregar 5 (cinco) exemplares impressos e 1 (um) exemplar em mídia digital (formato pdf) da Dissertação de Mestrado, redigida em Português e com resumo em português e inglês, em forma definitiva;

VII – Estar em dia com as obrigações no Programa e na Universidade, tal como a quitação com a Biblioteca.

Art. 16

Será concedido o grau de Doutor em Ciência dos Materiais ao aluno que, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses e máximo de 48 (quarenta e oito) meses, satisfazer as seguintes exigências:

I – obtiver um mínimo de 52 (cinqüenta e dois) créditos, distribuídos da seguinte forma:

a) 18 (Dezoito) créditos obtidos em disciplinas obrigatórias comuns; 1) Ciência dos Materiais – 6 créditos, 2) Química de Materiais – 4 créditos, 3) Técnicas de Preparação e Caracterização de Materiais – 4 créditos. 5) Termodinâmica dos Materiais – 4 créditos,

b) 8 (oito) créditos no conjunto de disciplinas Básicas

Eletivas;

c) 6 (seis) créditos complementares que poderão ser obtidos no conjunto de disciplinas Eletivas (Básicas e Tópicos Especiais) e/ou em Estágio de Docência;

d) 20 (vinte) créditos atribuídos à tese de doutorado;

II – Ter sido considerado apto em proficiência de línguas estrangeiras, para o candidato ao doutorado, além da inglesa, é exigida a proficiência em uma das seguintes línguas: francesa ou espanhola;

III – estabelecer, de comum acordo com o Orientador, uma proposta de Tese de Doutorado;

IV – for aprovado no Exame de Qualificação;

V – for aprovado na defesa de Tese de Doutorado;

VI – entregar 7 (sete) exemplares da Tese de Doutorado redigida em português, incluindo o resumo traduzido ao inglês, em forma definitiva;

VII – Estar em dia com suas obrigações no Programa e Universidade, tais como: quitação de taxas acadêmicas e com a Biblioteca, chaves dos laboratórios, equipamentos e outros materiais.

§ 1º

Será permitido o aproveitamento de disciplinas cursadas em Programas de Pós-Graduação externos à UFMA, desde que recomendados pela CAPES e que atenda aos seguintes critérios: a) poderão ser aproveitados no máximo até 50% dos créditos do total exigido pelo PPGCM para o curso de Mestrado; e b) poderão ser aproveitados no máximo 16 créditos do total exigido pelo PPGCM para o curso de Doutorado.

§ 2º

As disciplinas somente poderão ser aproveitadas quando cursadas há menos de 05 (cinco) anos, salvo casos específicos definidos pelo colegiado.

SEÇÃO II

DO DIPLOMA

Art. 17

A expedição do diploma de Mestre ou Doutor será efetuada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação e ficará condicionada à homologação do Relatório Final do aluno pelo Colegiado do Programa, no qual deve constar:

I – dados pessoais, incluindo nome, filiação, data e local de nascimento, nacionalidade, carteira de identidade, CPF, e endereço;

II – histórico escolar, assinado pelo Coordenador do Programa, constando os seguintes elementos informativos, referentes ao estudante:

a) nome completo, filiação, data e local de nascimento, nacionalidade, grau ou título acadêmico anterior e endereço atual;

b) data de admissão no Programa;

c) número da cédula de identidade e nome do órgão que a expediu, no caso de estudante brasileiro ou estrangeiro com residência permanente, ou número de passaporte e local em que foi emitido, no caso de estrangeiro sem visto permanente;

d) relação das disciplinas com as respectivas notas e conceitos, créditos obtidos, anos e períodos letivos em que foram cursadas;

e) data de aprovação nos exames de língua estrangeira e qualificação;

f) data da aprovação da Dissertação ou Tese;

g) nome dos professores orientadores e dos demais membros da Comissão Examinadora.

III – conceito obtido no(s) exame(s) de proficiência de língua estrangeira;

IV – data de aprovação do Exame de Qualificação;

V – nome do Orientador de Dissertação de Mestrado ou Doutorado e data da aprovação da defesa de Dissertação ou Tese;

VI – Ata da defesa de Dissertação ou Tese, incluindo título, nome, qualificação e instituição a que pertence o Orientador e membros da Banca Examinadora, resultado da avaliação, relatório das modificações exigidas, se for o caso, e data da defesa.

CAPÍTULO IV
DO REGIME E DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO
ACADÊMICO

SEÇÃO I
DAS DISCIPLINAS

Art. 18 O aluno deve cursar, por aconselhamento do Orientador, e de acordo com sua subárea de concentração, um conjunto de disciplinas. É atribuído a cada disciplina um número de créditos correspondentes à carga horária determinada. Cada unidade de crédito teórico corresponde a 15 (quinze) horas.

Art. 19 O desempenho do aluno em disciplinas, no exame de Língua Estrangeira e Estágio de Docência será avaliado por meio de provas, trabalhos e estágio supervisionado, sendo a avaliação de rendimento expressa em notas, numa escala de zero a dez.

Art. 20 Para avaliação dos trabalhos e provas de disciplinas, ficam estabelecidos os seguintes conceitos e seus correspondentes numéricos:

10,0 – 9,0	A
8,9 – 8,0	B
7,9 – 7,0	C
6,9 – 6,0	D
< 6,0	E

Art. 21 Será aprovado em disciplinas, no exame de Língua Estrangeira e Estágio de Docência, o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 6,0 (seis). Será reprovado o candidato que tiver nota inferior a 6,0 (seis).

- Art. 22** A média final do aluno será expressa pela média aritmética das notas atribuídas nas disciplinas e demais atividades curriculares integrantes de seu plano de estudo.
- Art. 23** O aluno reprovado em mais de uma disciplina (durante o curso), ou duas vezes em uma mesma disciplina, terá sua matrícula cancelada e será desligado do Programa.
- Art. 24** O aluno poderá solicitar através de documento escrito encaminhado ao Colegiado do Programa, revisão do conceito atribuído em uma determinada disciplina, justificando o motivo de sua solicitação.
- Art. 25** A média global é a média das notas finais obtidas em todas as disciplinas cursadas durante o período letivo, ponderadas pelos créditos correspondentes a cada disciplina.
- Parágrafo Único** O aluno será desligado do Programa se obtiver, em 2 (dois) períodos letivos quaisquer, média global inferior a 5,0 (cinco).
- Art. 26** Para obtenção dos créditos e aprovação, correspondente a cada atividade em que o aluno estiver matriculado, faz-se necessário a integralização de uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades acadêmicas.
- Art. 27** Alunos desligados do Programa só poderão ser readmitidos caso sejam aprovados em novo processo de seleção e, após interstício de 4 (quatro) períodos letivos, contados a partir da data de desligamento.

SEÇÃO II

DO APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS

- Art. 28** Poderão ser aceitos créditos de disciplinas de Pós-Graduação em

Ciência dos Materiais, obtidos em Cursos de Pós-Graduação oferecidos pela Universidade Federal do Maranhão ou por outra Instituição de Ensino Superior, brasileira ou estrangeira, credenciada pelo Conselho Federal de Educação ou reconhecida pelo colegiado do Programa.

§ 1º Para o aproveitamento, o aluno deverá providenciar o Regimento do Programa em que os créditos foram obtidos, as ementas e cargas horárias das disciplinas cursadas, bem como o histórico escolar.

§ 2º Os créditos exigidos em disciplinas da área de concentração do aluno deverão estar contidos nos créditos aproveitados de outros Programas e nos créditos obtidos no Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais da Universidade Federal do Maranhão, na condição de aluno especial.

§ 3º Não poderá exceder 24 (vinte e quatro) meses o intervalo entre o final do último período letivo cursado no Programa em que os créditos foram obtidos e o início do primeiro período letivo no Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais, da Universidade Federal do Maranhão.

§ 5º Para alunos reingressantes (previamente desligados), o prazo para aproveitamento de crédito é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de obtenção do crédito.

Art. 29 O aluno especial do Programa que obtiver créditos nas disciplinas do Programa de Pós-Graduação *stricto-sensu* poderá requerer aproveitamento de créditos se vier a se inscrever, for selecionado e matriculado como aluno regular no Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais, de acordo ao estabelecido no artigo 28.

SEÇÃO III

DO EXAME DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Art. 30 Os exames de proficiência são obrigatórios e visam avaliar a proficiência do aluno em leitura e compreensão de textos em outras línguas.

Art. 31 Os comprovantes de aprovação nos exames de Proficiência deverão ser fornecidos pelo Departamento Acadêmico ou Núcleo de Língua Estrangeira da Universidade Federal do Maranhão autorizado pelo Colegiado do Curso do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais.

Art. 32 O aluno deverá se submeter aos exames de proficiência no decorrer do período letivo.

Parágrafo Único Caso não seja aprovado até a data de defesa, o aluno será desligado do Programa.

SEÇÃO IV

DA PROPOSTA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E TESE DE DOUTORADO

Art. 33 A proposta de Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado é um documento que compreende a descrição do problema a ser estudado, assim como, os objetivos, a relevância, as referências e o cronograma do trabalho a ser desenvolvido. A proposta deve ser elaborada pelo Orientador e aluno, e submetida à aprovação do Colegiado do Programa.

SEÇÃO V

DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE PESQUISA

Art. 34 Todos os alunos candidatos ao grau de Mestre ou Doutor em Ciência dos Materiais devem apresentar Relatório de acompanhamento de Atividades de Pesquisa relatando, de forma sucinta e clara, os progressos e os resultados obtidos, de acordo com o estabelecido no artigo 54.

SEÇÃO VI

DO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA

Art. 35 O Estágio de Docência é uma atividade curricular exigida do aluno como estímulo a ter em sua Formação alguma experiência docente, e será realizada mediante atividades de ensino na graduação da Universidade.

§ 1º Para obtenção de crédito do Estágio de Docência o aluno será avaliado pelo orientador e pelo professor responsável pela disciplina, devendo o aluno de Mestrado cumprir 30 (trinta) horas e alunos de Doutorado 60 (sessenta) horas de atividades de ensino em um semestre.

SEÇÃO VII

DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 36 O Exame de Qualificação tem por objetivo exigir do aluno uma apresentação preliminar de sua Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado, na qual deve demonstrar organização dos dados Pesquisados, conhecimento sobre o problema investigado e

domínio da literatura na área de investigação, de modo a proporcionar-lhe maior segurança na conclusão do seu plano de pesquisa.

Art. 37 O Exame de Qualificação consiste na apresentação de um seminário e uma Monografia abrangendo pelo menos 50% (cinquenta por cento) do conteúdo da Proposta de Dissertação de Mestrado ou da Tese de Doutorado do aluno.

Art. 38 O Exame de Qualificação será avaliado por uma Banca Examinadora composta por três professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais, incluindo o orientador, cabendo-lhes recomendar as sugestões necessárias ao aperfeiçoamento do texto apresentado.

§ 1º Os nomes constituintes da Banca Examinadora serão indicados pelo Colegiado do Programa, incluindo o Orientador. Na ausência do Orientador, cabe ao Co-Orientador substituí-lo. Em outras circunstâncias, o Colegiado do Programa indicará outro membro do Programa.

Art. 39 No exame de Qualificação o aluno será aprovado ou reprovado, não havendo atribuição de nota ou conceito.

§ 1º Será considerado aprovado no Exame de Qualificação o aluno que obtiver aprovação da maioria dos membros da Comissão Examinadora.

§ 2º O aluno que for reprovado no Exame de Qualificação poderá repeti-lo apenas uma vez em até 60 (sessenta) dias no caso de mestrado e 90 (noventa) dias no caso de doutorado, após a primeira apresentação.

Parágrafo Único Para o Exame de Qualificação o aluno deverá entregar 3 (três) exemplares da monografia à Secretaria do Curso para serem encaminhadas à Banca Examinadora.

SEÇÃO VIII
DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E DA TESE DE
DOUTORADO

- Art. 40** A Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado será preparada sob aconselhamento do Orientador, obedecida a Proposta de Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado aprovada pelo Colegiado do Programa. Ambas devem ser preparadas em forma de monografia de acordo com as normas técnicas de redação recomendadas pelo Colegiado.
- Art. 41** A Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado deverá ser, obrigatoriamente, um trabalho individual, e autêntico, revelador do domínio do tema escolhido e da capacidade de sistematização dos conhecimentos adquiridos. A tese de doutorado deve obrigatoriamente versar sobre tema original de pesquisa e proporcionar novas contribuições à área científica em que está enquadrada.
- Art. 42** Uma vez que a Dissertação ou Tese esteja pronta para apresentação, será de responsabilidade do aluno, requerer a defesa, com aval do Orientador, entregando à Coordenação do Programa o número de exemplares da primeira versão da Dissertação ou Tese correspondente ao número de membros da banca examinadora.
- Art. 43** A Defesa da Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado será pública, com exceção de trabalhos em sigilo de patente, e ocorrerá perante Banca Examinadora homologada pelo Colegiado do Programa e composta por pesquisadores com título de Doutor, entre os quais o Orientador. A banca da Dissertação de Mestrado será constituída por pelo menos 3 (três) membros, sendo pelo menos 1 (um) externo ao Programa. A banca da tese de doutorado será constituída por 5 (cinco) membros, sendo, no mínimo, 2 (dois)

externos ao Programa. O número máximo de componentes da Banca Examinadora será de 4 (quatro) para o Mestrado e 6 (seis) para o Doutorado.

§ 1º Os nomes constituintes da Banca Examinadora serão indicados pelo Colegiado do Programa, consultada a lista fornecida pelo Orientador do aluno de pelo menos 3 (três) nomes para o Mestrado e 6 (seis) nomes para o doutorado.

§ 2º Deverá ser indicado 1 (um) suplente para a Banca Examinadora de mestrado e 2 (dois) suplentes para a Banca Examinadora de doutorado.

§ 3º Os membros da Banca Examinadora poderão ser substituídos por solicitação justificada do aluno ou Orientador, ou por impedimento de qualquer de seus membros, sempre com a aprovação prévia do Colegiado do Programa.

§ 4º O Orientador será Presidente da Banca Examinadora de Defesa.

§ 5º Na impossibilidade de participação do Orientador, este será substituído pelo Co-orientador e, na ausência deste, por um membro do Programa indicado pelo Colegiado do Programa para presidir a banca.

Art. 44 Após a defesa da Dissertação ou Tese, cada membro da banca Examinadora poderá argüir o aluno. Finalizada a argüição, a banca deliberará, em secreto, o resultado do exame que será expresso por uma das seguintes menções:

I – Aprovação incondicional, caso o aluno obtenha a aprovação de todos os membros da Banca Examinadora;

II – Aprovação Condicional, caso o aluno tenha que efetuar reformulações do trabalho, cabendo à Banca Examinadora explicitar ao aluno os aspectos de revisão e reformulação que devem ser observados; neste caso, a dissertação ou tese reformulada

deve ser reapresentada dentro do prazo improrrogável de 2 (dois) meses no caso do mestrado e 4 (quatro) meses no caso do doutorado.

III – Reprovação, caso o aluno obtenha a reprovação da maioria dos membros da Banca Examinadora. O aluno deverá submeter uma nova Dissertação ou Tese à mesma Banca, em até 6 (seis) meses.

Art. 45 No caso de Dissertação ou Tese com Reprovação, o aluno ficará sujeito à nova defesa pública, observadas todas as exigências determinadas neste Regimento. O aluno será desligado do Programa em caso de não aprovação na sua segunda defesa. O mesmo ocorrerá com a não reapresentação da Dissertação ou Tese reformulada dentro do prazo determinado no item (III) do artigo 44.

Art. 46 O Presidente e os Membros da Banca Examinadora deverão elaborar a Ata de Defesa da Dissertação ou Tese adotando os critérios deste Regimento e os estabelecidos pelo Colegiado.

CAPÍTULO V DOS PRAZOS

SEÇÃO I DA PROPOSTA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E DA TESE DE DOUTORADO

Art. 47 O plano de trabalho referente à de Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado deverá ser apresentado até o final do segundo período letivo.

§ 1º Uma prorrogação ficará a critério do Colegiado do programa, ouvido o Orientador do aluno, e só será concedida em casos especiais.

§ 2º Os períodos letivos para cada aluno são contados a partir da primeira matrícula.

SEÇÃO II DO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA

Art. 48 O prazo de inscrição para o Estágio de Docência será definido pelo Colegiado do Curso em concordância com o Calendário Acadêmico da Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

SEÇÃO III DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E DA TESE DE DOUTORADO

Art. 49 Tendo sido satisfeitos todos os requisitos discriminados na seção I deste capítulo, e na seção VIII do capítulo IV deste Regimento, o aluno deverá submeter sua Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado ao Colegiado do Programa.

§ 1º A data da submissão não deverá exceder ao quarto período letivo no caso do Mestrado, e ao sétimo período letivo no caso do Doutorado, prazo final para o aluno não ser desligado do Programa.

§ 2º No caso de aluno de doutorado, a tese só poderá ser submetida após ter gerado pelo menos um artigo científico internacional *qualis* A ou B publicado ou aceito para publicação.

Art. 50 A defesa da Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado será realizada em no mínimo 20 (vinte) dias e no máximo 50 (cinquenta) dias após recebimento da solicitação do candidato pela Secretaria do Programa.

Parágrafo Único A composição da Banca Examinadora deverá ser aprovada no Colegiado do Programa no prazo Máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

- Art. 51** No caso da Dissertação ou Tese com aprovação incondicional, o aluno terá 30 (trinta) dias após a data da defesa para entrega de 3 (três) exemplares da Dissertação ou 5 (cinco) exemplares da Tese na forma definitiva.
- Art. 52** Quando a Dissertação ou Tese tiver aprovação condicional, o aluno terá até 60 (sessenta) dias após a data da defesa de mestrado e 120 dias após a defesa de doutorado para submissão do texto modificado.
- Art. 53** São requisitos obrigatórios para a emissão do certificado de conclusão de Mestrado ou Doutorado:
- I. 3 (três) exemplares da versão final da Dissertação ou 5 (cinco) exemplares da versão final da tese.
 - II. Declaração de quitação da biblioteca central.
 - III. Termo de autorização de publicação digital.
 - IV. Versão digital da Dissertação ou Tese em CD.
- Parágrafo Único** O aluno que não cumprir as exigências do *caput* deste artigo não receberá nenhum documento de comprovação de conclusão do Mestrado ou Doutorado.

SEÇÃO IV

DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE PESQUISA

- Art. 54** Os alunos de mestrado deverão apresentar Relatório de acompanhamento de Atividades de Pesquisa ao final do segundo e terceiro períodos letivos; os alunos de doutorado deverão apresentar Relatório de acompanhamento de Atividades de Pesquisa ao final do segundo, quarto, sexto e sétimo períodos letivos. Fica impedido de realizar a matrícula, no período subsequente, o aluno que não cumprir esta exigência.

SEÇÃO V

DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 55 O aluno de mestrado (doutorado) deverá apresentar o exame de qualificação obrigatoriamente até o final do terceiro (sexto) período letivo.

Parágrafo Único O aluno deverá entregar à Coordenação do Programa, 3 (três) exemplares (para mestrado e doutorado) da monografia exigida como requisito para Exame de Qualificação, até 15 (quinze) dias antes da apresentação do Seminário.

SEÇÃO VI

DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

Art. 56 O aluno só poderá requerer o trancamento de uma disciplina ou atividade quando justificado por motivo de doença ou outro fator relevante reconhecido pelo Colegiado do Programa.

Art. 57 Será permitido o trancamento de matrícula por no máximo 2 (dois) períodos no caso de Mestrado e Doutorado.

§ 1º O trancamento só será concedido se o aluno estiver quite com a Biblioteca da Universidade.

§ 2º Finalizado o prazo de trancamento, o aluno que não realizar sua matrícula será automaticamente desligado do Programa.

§ 3º O período em que aluno permanecer com a matrícula trancada deve ser excluído do tempo exigido para a conclusão do Mestrado ou Doutorado.

§ 4º O aluno que interromper o Curso, sem o devido trancamento, somente poderá reingressar no Programa prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da interrupção, quando deverá efetuar nova seleção e solicitar o aproveitamento os estudos já realizados.

Art. 58 O aluno poderá solicitar à Coordenação o cancelamento e substituição de disciplina, antes de decorrido 1/3 (um terço) das atividades da mesma, não sendo, neste caso, a disciplina registrada no histórico escolar.

CAPÍTULO VI DA ORIENTAÇÃO AO ALUNO

Art. 59 Dos docentes do Programa exige-se atividade criadora, demonstrada pela produção de trabalhos originais de valor comprovado em sua área de interesse, que apresentem formação acadêmica sólida e sejam portadores do título de Doutor ou título equivalente.

Art. 60 Todo aluno admitido no Programa será acompanhado e orientado por um docente do Programa ou um docente externo ao programa, com o devido aval do Colegiado, denominado Orientador Acadêmico.

§ 1º A orientação de doutorado somente será permitida após o docente ter orientado pelo menos um aluno de mestrado junto ao PPGCM.

Art. 61 O Orientador de Dissertação ou Tese é um professor dedicado à pesquisa e ao ensino, em condições de formar ambiente favorável à atividade científica criadora, credenciado pelo Colegiado do Programa para exercer tal função, cabendo-lhe as seguintes atribuições:

- I – auxiliar na definição do tema da Dissertação ou Tese a ser desenvolvida pelo aluno;
- II – acompanhar e orientar o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa e de preparação da Dissertação ou Tese, assim como sugerir as disciplinas a serem cursadas;
- III – buscar temas de Dissertação ou Tese atuais, capazes de gerar resultados científicos de valor e publicáveis em periódicos internacionais qualis A ou qualis B;
- IV – apresentar ao Colegiado do Programa a Proposta de Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado;
- V – participar, quando solicitado, em reunião do Colegiado, os resultados do Relatório de acompanhamento de Atividades de Pesquisa;
- VI- verificar a necessidade e a conveniência do auxílio de um Co-Orientador.
- VII – participar como presidente da Banca Examinadora do Exame de Qualificação e da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado ou da Tese de Doutorado;
- VIII – cuidar para que todas as regras e prazos sejam cumpridos.

Art. 62

Os orientadores devem fornecer ao Colegiado uma avaliação do desempenho de seus orientados no final do segundo e terceiro períodos letivos no caso do Mestrado, e no final do segundo, quarto, sexto, e sétimo períodos no caso do Doutorado. Em caso de uma avaliação negativa, o Colegiado pode decidir por Carta de Advertência ao aluno, suspensão da bolsa de estudos ou desligamento do Programa.

CAPÍTULO VII**DO CORPO DOCENTE, PESQUISADORES E CREDENCIAMENTO****SEÇÃO I****DO CORPO DOCENTE**

- Art. 63** O corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais pode ser constituído por professores do Quadro Permanente da Universidade Federal do Maranhão, por Professores Visitantes e por Professores Participantes de outras Instituições de Ensino Superior do país ou do exterior, todos com titulação de Doutor ou equivalente.
- § 1º** O professor integrante do Quadro Permanente da Universidade Federal do Maranhão tem compromisso de participar sistematicamente no ensino, pesquisa e orientação acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais.
- § 2º** O Professor Visitante deverá ser docente de reconhecido desempenho acadêmico, vinculado a esta ou a outra Instituição de ensino superior, em caráter permanente ou não, que integra o programa por um período superior a 6 (seis) meses, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e orientação de dissertação, consultoria e assessoria.
- § 3º** O Professor Participante pode ser membro de Quadro Permanente da Universidade, Professor Aposentado ou oriundo do quadro de outras Instituições de Ensino Superior do país, ou do exterior. Este Professor apresentará uma participação delimitada por contribuição específica, como orientação de dissertação, co-orientação, ministrante de uma disciplina, seminário ou outra atividade curricular, participação em bancas de exames de qualificação ou de defesa pública de dissertação, assessoria e consultoria.
- Art. 64** A alteração do Corpo docente do Curso de Pós- Graduação em

Ciência dos Materiais deverá ser apreciada pelo Colegiado com base na análise do *Curriculum vitae* do professor.

SEÇÃO II

CRENCIAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE

- Art. 65** O Corpo de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais é constituído por docentes permanentes, colaboradores e visitantes.
- § 1º** Será credenciado como Docente Permanente o Pesquisador com produção científica regular, cujo número de artigos publicados em periódicos indexados, qualis A ou qualis B, sendo, no mínimo B1, seja no mínimo de 3 (três) nos últimos 3 (três) anos. Este docente deverá ter o compromisso de coordenar projetos de pesquisa, orientar estudantes de Pós-Graduação (ao menos uma dissertação a cada dois anos e uma tese a cada quatro anos) e ministrar disciplinas na Pós-Graduação (pelo menos uma a cada dois anos).
- § 2º** Será credenciado como Docente Colaborador o Docente que atenda parcialmente às obrigações de pesquisa, produção científica, orientação e ensino.
- § 3º** Será credenciado como Docente Visitante o docente que não tenha vínculo permanente com a UFMA, mas que atenda às exigências de produtividade do artigo 65,
- Art. 66** O credenciamento de professor para o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais far-se-á com base no *curriculum vitae*, com comprovações documentais, no qual deve constar título de Doutor, publicações, e revelar efetivo engajamento em atividades de pesquisas e produtividade compatível com os critérios da CAPES.

Art. 67 O credenciamento para o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais terá validade pelo período de 12 (doze) meses, sendo reavaliado ao final de cada ano e automaticamente renovado para todos que atendam a exigência do parágrafo primeiro do artigo 65, § 1º.

Art. 68 A cota de orientandos por Docente Pesquisador será de no máximo 5 (cinco), no caso em só orienta mestrandos, e 8 (oito), no caso em que orienta mestrandos e doutorandos, incluindo estudantes remanescentes de períodos anteriores.

§ 1º Aos Pesquisadores que orientarem 2 (duas) Dissertações de mestrado (consecutivas) sem gerar publicações qualis A ou B, será concedido o direito de orientar uma terceira Dissertação. Caso esta terceira Dissertação também não gere publicações qualis A ou B, o Docente Orientador será impedido de orientar novas dissertações no Programa até que publique com seus ex-alunos. É atribuição do Colegiado do Programa limitar o número de orientações de docentes que apresentem baixo índice de publicação com discentes.

Art. 69 Se solicitado pelo Orientador, e a juízo do Colegiado do Programa, um pesquisador vinculado ao Programa ou não pertencente ao mesmo (Pesquisador de outra Instituição) poderá ser admitido e credenciado como Co-Orientador de Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado, desde que o mesmo tenha afinidade e conhecimento específico com o tema do trabalho de Dissertação ou Tese.

Art. 70 Ao aluno é permitida mudança de Orientador, obedecidos os critérios aprovados pelo Colegiado.

CAPÍTULO VIII
DA ESTRUTURA ACADÊMICA

- Art. 70** As atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciência de Materiais são constituídas de disciplinas regulares, seminários, estudos dirigidos, exame de qualificação e dissertação.
- Art. 71** O conjunto de disciplinas integrantes do Currículo do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais constará de disciplinas básicas (obrigatórias e eletivas), de disciplinas especiais eletivas (tópicos especiais), caracterizando a área de concentração e áreas complementares.
- § 1º** As disciplinas básicas obrigatórias e eletivas.
- I – Disciplinas básicas obrigatórias para o mestrado: Ciência dos Materiais (6 créditos), Química de Materiais (4 créditos), Técnicas de Preparação e Caracterização de Materiais (4 créditos).
- II – Disciplinas básicas eletivas para o mestrado: Materiais Vítreos e Cerâmicos, Materiais Magnéticos, Análise estrutural e térmica de materiais, Metodologia de Pesquisa Científica, Materiais Poliméricos, Introdução ao Crescimento de Cristais, Estado Sólido, Introdução aos Biomateriais, Análise estrutural e térmica de materiais e Teoria de grupos e aplicações.
- § 2º** Para o doutorado, as disciplinas básicas obrigatórias são Ciência dos Materiais (6 créditos), Química de Materiais (4 créditos), Técnicas de Preparação e Caracterização de Materiais (4 créditos). Termodinâmica dos Materiais (4 créditos).
- § 3º** I – As disciplinas básicas eletivas para o doutorado são: Síntese de compostos à base de terras raras, Tratamento térmico dos metais, Processamento de materiais cerâmicos, Espectroscopia Óptica, Cristalografia e difração de raios-X, Fundamentos da mecânica quântica para engenharia, Materiais Vítreos e Cerâmicos, Materiais

Magnéticos, Análise estrutural e térmica de materiais, Materiais Poliméricos, Introdução ao Crescimento de Cristais, Estado Sólido, Introdução aos Biomateriais, e Teoria de grupos e aplicações.,

§ 4º As disciplinas básicas obrigatórias do Programa serão revistas e especificadas a cada dois anos pelo Colegiado do Programa e homologado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 5º Cada disciplina obedecerá a uma ementa e um programa que deverão ser previamente aprovados pelo Colegiado do Programa.

§ 6º A Grade Curricular e o Ementário de todas as disciplinas que inicialmente fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais, ora propostos, são apresentados nos Anexos II e III, respectivamente.

Art. 73 As disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais poderão ser ministradas por especialistas não pertencentes ao corpo docente do PPGCM da Universidade Federal do Maranhão, a convite do Colegiado do Programa.

Art. 74 Todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais submeterão ao Colegiado, até 30 (trinta) dias após o término de cada disciplina, a caderneta da referida disciplina, com um relatório do conteúdo ministrado, os trabalhos desenvolvidos, e os resultados da avaliação dos alunos na disciplina.

CAPÍTULO IX

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL SEÇÃO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 75 O Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais é submetido à Coordenação geral da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPPG).

Art. 76 A estrutura administrativa e organizacional do Programa De Pós-Graduação em Ciência dos Materiais é composta por um Coordenador, um Vice-Coordenador, pelo Colegiado e pela Secretaria.

SEÇÃO II

DO COORDENADOR E DO COLEGIADO

Art. 77 O Coordenador e Vice-Coordenador do Programa deverão ser portadores do título de Doutor, ou equivalente, e serão eleitos pelos Docentes credenciados e discentes regularmente matriculados.

§ 1º O Coordenador e Vice-Coordenador do Programa serão designados pelo Reitor.

§ 2º A representação discente equivale a 1 (um) membro do colegiado.

Art. 78 Compete ao Coordenador do Programa:

- I – convocar e presidir o Colegiado do Programa, cabendo-lhe o direito de voto;
- II – organizar, orientar e avaliar as atividades do Programa juntamente com o Colegiado;
- III – submeter ao Colegiado o Plano de Atividades para o período letivo subsequente;
- IV – organizar o calendário do Programa para aprovação do Colegiado;
- V - propor ao Colegiado as ementas e programas das disciplinas e de outras atividades curriculares, bem como as outras atividades do Programa;
- VI – elaborar o Relatório Anual da Coordenação do programa;
- VII – propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão alterações na estrutura curricular do Programa, modificação ou extinção de disciplinas ou outras atividades curriculares que integram o Plano

Curricular do Programa;

VIII – propor o número de vagas para o processo de seleção de candidatos a alunos regulares e especiais do Programa;

IX – sugerir ao Colegiado critério para seleção de bolsistas do Programa;

XI – sugerir ao Colegiado do Programa instruções complementares ao presente Regimento;

XII – propor eventos científicos na Linha de Pesquisa do Programa;

XIII – incentivar e buscar condições para a publicação e divulgação da produção científica do Programa;

XIV – elaborar a previsão orçamentária para o ano seguinte;

XV – apresentar anualmente, ao Colegiado do Programa, o Relatório de Atividades do Programa;

XVI – convocar e presidir as eleições dos membros do Colegiado do Programa encaminhando os resultados até 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos;

XVII – indicar os membros integrantes da comissão eleitoral para conduzir a eleição do Coordenador do Programa;

XVIII – solicitar os setores competentes da Universidade Federal do Maranhão providências necessárias ao melhor funcionamento do Programa;

XIX – representar o Programa internamente, no âmbito da Universidade Federal do Maranhão e, externamente, junto a outras instituições e entidades, nos limites de suas atribuições.

XX – cumprir e fazer cumprir as decisões deste Regimento.

§ 2º

Compete ao Vice-Coordenador do Programa acompanhar e colaborar com o Coordenador em suas atribuições regimentais, bem como substituí-lo em suas funções regimentais, nas situações de sua ausência.

SEÇÃO III
DO COLEGIADO

- Art. 79** O Colegiado do Programa é órgão normativo e deliberativo da supervisão administrativa e didática do Programa, constituído por:
- I – um Coordenador;
 - II – um Vice-Coordenador
 - III – 1/3 (um terço) dos docentes do Programa;
 - IV – um representante discente.
- § 1º** Os membros discriminados nos itens I, II e III do *caput* deste artigo serão eleitos pelos docentes credenciados do Programa para um período de dois anos.
- § 2º** São candidatos ao Colegiado os docentes credenciados no Programa e pertencentes ao quadro funcional da UFMA.
- § 3º** O representante discente previsto no *caput* deste artigo será eleito pelos alunos regularmente matriculados no Programa para um mandato de um ano, sendo-lhe permitido uma única recondução.
- Art. 80** Nas eleições para o Colegiado, cada docente do Programa votará em até 2 (dois) nomes, sendo eleitos os dois mais votados.
- Art. 81** O Colegiado do Programa reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do Coordenador ou por solicitação escrita da maioria absoluta de seus membros, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, sendo obrigatório constar na convocação o assunto que justifique a reunião.
- Art. 82** O Colegiado somente reunir-se-á com a maioria absoluta de seus membros (metade mais 1), obedecendo ao *quorum* correspondente.
- Parágrafo Único** Os membros do Colegiado afastados, mesmo que temporariamente em

missões especiais, não serão contados para efeito de *quorum*.

Art. 83 As decisões do Colegiado do Programa serão tomadas obedecendo a aprovação da maioria absoluta de seus membros.

Art. 84 Compete ao Colegiado do Programa:

I – orientar os trabalhos de coordenação didática e supervisão administrativa;

II – indicar, mediante análise do *curriculum vitae* e Plano de Trabalho, os nomes dos professores que integrarão o Corpo Docente do Programa, observando a titulação exigida pelo Conselho Federal de Educação;

III – credenciar os Orientadores de Dissertação e Tese;

IV – aprovar propostas de Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado;

V – avaliar os resultados do Relatório de acompanhamento de Atividades de Pesquisa;

VI – designar Bancas Examinadoras de Exame de Qualificação, Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado;

VII – aprovar proposta de elaboração de nova Dissertação ou nova Tese em caso de reprovação na defesa;

VIII – aprovar ementas e programas das disciplinas integrantes da estrutura curricular, assim como de disciplinas de Estudo Orientado e de Tópicos Especiais, encaminhadas pelos Docentes;

IX – aprovar alterações na estrutura curricular;

X – decidir sobre questões referentes à matrícula, transferência e aproveitamento de créditos, bem como recursos que lhe forem encaminhados;

XI – estabelecer o número de vagas para o processo de seleção de candidatos a alunos Regulares e Especiais;

XII – estabelecer critérios para alocação de bolsas;

XIII – reconhecer a qualidade de Programas de Pós- Graduação no Brasil e exterior, para efeito de aproveitamento de créditos;

XIV – indicar o docente responsável pelo Exame de Proficiência em

Lingua Estrangeira;

XV – baixar instruções normativas no que diz respeito a convênios e intercâmbios do Programa com outras Universidades e Instituições;

XVI – recomendar as normas técnicas de redação para elaboração de Propostas de Dissertações e de Teses;

XVII – aprovar o Plano de Atividades para cada semestre letivo;

XVIII – aprovar o Relatório de Atividades do Coordenador do Programa;

XIX – estabelecer critérios para a avaliação do Programa como um todo;

XX – apreciar solicitação de trancamento de matrícula de aluno;

XXI – aprovar membros integrantes da Comissão do ingresso de aluno;

XXII – indicar os membros integrantes da comissão eleitoral para conduzir a eleição do Coordenador do Programa;

XXIII – cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento.

Art. 85

Nas faltas e/ou impedimento do Coordenador, o Vice- Coordenador assumirá suas funções. Em caso de vacância permanente da função de Coordenador, o Vice-Coordenador assumirá interinamente a coordenação até a eleição de outro coordenador.

SEÇÃO IV

DA SECRETARIA

Art. 86

A Secretaria, unidade executora dos serviços administrativos do Programa, é dirigida por um (a) Secretário (a), a quem compete:

I – organizar, coordenar e controlar os trabalhos da Secretaria;

II – informar, processar, distribuir e arquivar documentos relativos às atividades didáticas e administrativas do Programa;

III – organizar e manter atualizados a legislação e outros instrumentos legais pertinentes ao Programa;

IV – sistematizar informações, organizar prestações de contas e

elaborar relatórios;

V – secretariar as reuniões do Colegiado do Programa;

VI – encaminhar a execução de digitação e reprodução de textos;

VII – realizar outras atividades indispensáveis ao bom funcionamento administrativo do Programa.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 87** O Regimento do Curso de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais está sujeito às normas de caráter geral que vierem a serem estabelecidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal do Maranhão.
- Art. 88** As alterações a este Regimento serão encaminhados ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para fins de homologação.
- Art. 89** Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado do Programa, podendo baixar normas complementares.
- Art. 90** O presente Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.